



# **NEOEXTRATIVISMO, MINERAÇÃO E GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES EM TERRITÓRIOS MINERADORES NA AMAZÔNIA**

**NEO-EXTRACTIVISM, MINING, AND GENDER: AN ANALYSIS  
OF WOMEN'S LIVING CONDITIONS IN MINING TERRITORIES  
IN AMAZON**

# NEOEXTRATIVISMO, MINERAÇÃO E GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES EM TERRITÓRIOS MINERADORES NA AMAZÔNIA

## NEO-EXTRACTIVISM, MINING, AND GENDER: AN ANALYSIS OF WOMEN'S LIVING CONDITIONS IN MINING TERRITORIES IN AMAZON

Larissa Alves<sup>1</sup> | Daniel Silva<sup>2</sup>

Recebimento: 30/08/2024

Aceite: 13/05/2025

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional da Amazônia (UNIFESSPA).  
Marabá - PA, Brasil.  
E-mail: lariissa.allves@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Economia (UFRGS).  
Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.  
Marabá - PA, Brasil.  
E-mail: ddaniel.ns@gmail.com

### RESUMO

O modelo de desenvolvimento neoextrativista, baseado na extração e exportação de commodities como os minérios, tem sido uma das estratégias de inserção no mercado internacional da economia brasileira. Contudo, apesar da bonança econômica gerada na balança comercial, a experiência regional mostra que este modelo de desenvolvimento, bem como a indústria extrativa mineral, tem gerado efeitos perversos nos territórios onde estão instalados. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar as condições de vida das mulheres em municípios mineradores na Amazônia, especificamente no Estado do Pará, a partir das informações dos microdados do Cadastro Único (CadÚnico) para os anos de 2014 a 2017. O estudo revela que mulheres em territórios mineradores no Pará inscritas no CadÚnico enfrentam pobreza extrema, acesso limitado a educação, saneamento e renda, sendo as mulheres negras e indígenas as mais afetadas. Esses resultados evidenciam a urgência de políticas públicas interseccionais e questionam o modelo neoextrativista, que, apesar de gerar elevada arrecadação fiscal, aprofunda desigualdades sociais na Amazônia.

**Palavras-chave:** Neoextrativismo; Mineração; Gênero; Cadastro Único.

## ABSTRACT

The neo-extractivist development model, based on the extraction and export of commodities such as minerals, has been one of the main strategies for Brazil's integration into the international market economy. However, despite the economic gains reflected in the trade balance, regional experiences show that this model, along with the mineral extractive industry, has produced perverse effects in the territories where it operates. This article aims to analyze the living conditions of women in mining municipalities in the Brazilian Amazon, specifically in the state of Pará, using microdata from the Unified Registry (CadÚnico) for the years 2014 to 2017. The study reveals that women residing in mining areas in Pará and registered in CadÚnico face extreme poverty and have limited access to education, sanitation, and income. Black and Indigenous women are the most affected. These findings underscore the urgent need for intersectional public policies and raise critical questions about the neo-extractivist model, which, despite generating significant tax revenues, exacerbates social inequalities in the Amazon.

**Keywords:** Neo-extractivism; Mining; Gender; Cadastro Único.

## INTRODUÇÃO

A mineração tem desempenhado um papel importante ao longo da formação histórica da economia brasileira, tendo sido uma etapa significativa no desenvolvimento capitalista do país (Furtado, 2007; Prado Júnior., 1981). Na contemporaneidade, essa atividade econômica tem ocupado uma posição de destaque por conta do aumento da demanda chinesa (Milanez, 2017; Virga; Nascimento, 2021), associada a um conjunto de dinâmicas financeiras (Burchardt, *et al.*, 2021), que ampliou a participação do setor mineral tanto no Produto Interno Bruto (PIB) (Santos, 2021) quanto nos *royalties* vinculados à exploração de recursos naturais (ANM, 2021).

No nível nacional, as exportações de minérios têm contribuído positivamente para a balança comercial, ganhando, assim, relevância devido às divisas que o setor gera para o país. Dentre os minérios mais exportados, o minério de ferro é o que apresenta maior destaque, sendo um dos três produtos mais exportados pelo Brasil (Secint, 2022). Regionalmente, a mineração tem produzido efeitos variados. Por um lado, observa-se um aumento significativo da renda nos municípios e estados mineradores; e por outro, também são evidentes os efeitos negativos sobre o meio ambiente e nas condições sociais de determinados grupos.



Diante dessa dinâmica complexa que o setor mineral desempenha nas economias da América Latina, alguns autores passaram a adotar o conceito de neoextrativismo para explicar a relação entre a mineração e o desenvolvimento capitalista, a exemplo de Gudynas (2009; 2012), Svampa (2013) e Gonçalves *et al.* (2018). De maneira sintética, o neoextrativismo refere-se a um modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento, caracterizado por: (i) extração de recursos naturais e matérias-primas, como minérios e produtos florestais e agrícolas não renováveis; (ii) exportação desses produtos, com nenhum ou limitado processamento industrial; e (iii) uso das receitas dessas exportações que, em geral, não tem sido direcionado para a melhoria das condições de vida da população (Burchardt, *et al.*, 2021).

A promessa de que os empreendimentos minerais trazem desenvolvimento econômico e social para a região onde estão instalados tem sido objeto de reflexão de vários pesquisadores ao redor do mundo (Chuan-Pole, *et al.* 2017). As principais evidências encontradas tendem a apontar que a presença e ampliação de projetos de mineração para atender à demanda internacional, a despeito dos efeitos econômicos positivos, geraram e/ou ampliaram os conflitos, a concentração de renda, a pobreza e a violência (Smart, 2020; Burchardt, *et al.*, 2021; Finkeldey, 2023).

Cabe destacar que esses efeitos negativos gerados não se distribuem socialmente e nem espacialmente na sociedade, afetando de forma mais intensa alguns grupos sociais e determinados territórios. No caso brasileiro, como fica evidente na literatura que foca as análises da mineração a partir de um recorte de gênero, as mulheres são as primeiras a sentirem as mudanças que os empreendimentos causam, especialmente em regiões que historicamente tem a presença da atividade mineral, como é o caso de Minas Gerais, e de regiões de fronteira econômica, a exemplo da Amazônia brasileira. Os trabalhos de Svampa (2019), Hofmann e Duarte (2021) e Furtado e Andriolli (2021) apresentam diversas evidências de como a implantação de grandes projetos extrativos tem ampliado as violências que historicamente são impostas às mulheres.

Buscando contribuir com essa discussão, o objetivo desse artigo é analisar as condições de vida das mulheres em municípios mineradores na Amazônia, precisamente no estado do Pará, a partir das informações dos microdados do Cadastro Único para os anos de 2014 a 2017 (MDS, 2019). Os municípios mineradores do Pará analisados estão entre os três maiores arrecadadores



da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) do estado, a saber: Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá.

De maneira geral, o texto busca trazer contribuições em algumas áreas. No debate sobre a mineração, ele se articula a uma ampla literatura que busca avaliar a relação da mineração com o desenvolvimento a partir do conceito de Neoextrativismo (Finkeldey, 2023). Ao utilizar o recorte territorial da Amazônia associado ao debate da mineração, o texto reconhece a relevância desse território para pensar o desenvolvimento brasileiro e global, bem como os limites do modelo de desenvolvimento neoextrativista (Siqueira-Gay, *et al.*, 2022). A utilização dos microdados do cadastro único é outra contribuição que o trabalho busca oferecer. Como argumentado por Barros *et al.* (2009), o CadÚnico é um importante instrumento para a análise das condições de vida das populações mais pobres, pois oferece um diagnóstico baseado em um conjunto de estatísticas das famílias cadastradas, sendo fundamental para a elaboração de políticas públicas. Apesar das possibilidades de análise que esses dados oferecem, ainda são poucos os trabalhos que o utilizam nas análises sobre o desenvolvimento e a mineração na Amazônia brasileira (Silva *et al.*, 2022; Silva, Sousa, 2022).

Para chegar ao objetivo proposto, este artigo está dividido em três seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira seção, a partir de uma breve revisão de literatura, são discutidos alguns dos principais efeitos que o modelo de desenvolvimento neoextrativista, centrado em grandes projetos extrativos minerais, tem gerado sobre as mulheres desses territórios. Na segunda seção, apresenta-se a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa. Partindo da revisão da literatura e da abordagem metodológica, na terceira seção é apresentado um panorama socioeconômico das mulheres inscritas no Cadastro Único nos municípios minerais de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás localizados no estado do Pará.



## OS IMPACTOS DO MODELO NEOEXTRATIVISTA NAS MULHERES EM TERRITÓRIOS MINERADORES: UM PANORAMA

A mineração ampliou sua relevância econômica no Brasil, especialmente durante o *boom* das commodities (2003-2011) (UN Comtrade, 2020), impulsionando exportações e financiando políticas sociais nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, especialmente no período Lula 1 e 2 (2002 – 2010) (Secint, 2021; Engbom; Moser, 2022). Contudo, o modelo neoextrativista gerou diversas contradições: embora reduzisse desigualdades nacionalmente, intensificou conflitos territoriais, degradação ambiental e vulnerabilidade social (Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2009; Almeida, 2010), agravados por desastres como Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Os governos posteriores de Michel Temer (2016 -2018) e Bolsonaro (2020-2024) aprofundaram esses impactos, especialmente na Amazônia Oriental, onde a expansão mineral, iniciada com o Projeto Grande Carajás ainda nos anos de 1970 (Monteiro, 2005), consolidou-se com a ampliação da demanda chineses recentemente (Virga; Nascimento, 2021), exacerbando tensões socioambientais (Silva, Fearnside, 2022; Wanderley *et al.*, 2020).

Os impactos que a expansão da produção de *Commodities* sobre a sociedade afetam intensamente alguns grupos mais vulneráveis, como as mulheres. É nessa perspectiva que a correlação entre gênero e o modelo de desenvolvimento neoextrativista tem ganhado destaque na literatura, haja visto os efeitos diretos e indiretos que atividades ligadas à mineração (e outros grandes projetos neoextrativistas) geram sobre as mulheres da América Latina, em especial aquelas que vivem na América do Sul. Esses impactos são diversos, como o aumento da prostituição, a baixa participação de mulheres empregadas em indústrias extrativas, mudança de estilo de vida, aumento do custo de vida das mulheres, entre outras questões (Svampa, 2019; Hofmann; Duarte, 2021; Furtado; Andriolli, 2021).

Os impactos que a mineração gera nas mulheres vem sendo apontado por um amplo e importante debate internacional (Valiani, Ndebele, 2018). A discussão tende a se dividir em duas direções. Na primeira, o debate foca principalmente na inserção das mulheres no setor mineral. Trabalhos como o de Onditi (2022) e Mendes *et al.* (2022) apresentam um panorama importante dos desafios das mulheres que trabalham em setores ligados à mineração (seja industrial ou artesanal) e potenciais mecanismos que podem ser usados para ampliar a igualdade de gênero nessas atividades.



Uma segunda direção foca no impacto indireto da atividade econômica da mineração nas mulheres (Valiani, 2015). Nesses trabalhos, a discussão passa a ser direcionada nos efeitos ambientais, culturais, econômicos, sociais e na saúde provocados pela atividade mineral.

Na região Amazônica, alguns estudos destacam os efeitos violentos, diretos e indiretos, da mineração sobre os modos de vida de mulheres que são afetadas pela presença da atividade em seu território ou pelo escoamento da produção via Estrada de Ferro Carajás (EFC). A autora Enriquez (2018), por exemplo, aponta em parte de seu estudo sobre o município de Canaã dos Carajás (PA), o segundo maior exportador de minérios do Brasil, que as mulheres obtiveram uma piora em seu rendimento médio desde o início da implantação dos projetos minerais na região. Já Bezerra e Alves (2021), ao apresentar relatos de mulheres que moram em territórios mineradores no sudeste do Pará, destacam que são elas as primeiras a notar os impactos da mineração na região: por conta da alta imigração, elas não conseguem achar vagas nas escolas para seus filhos, enfrentam filas nos hospitais e não conseguem comprar imóveis por conta dos elevados preços praticados no mercado imobiliário.

As violências sofridas pelas mulheres por conta de grandes projetos na Amazônia Legal é outro impacto apontado nessa literatura. Barroso (2017) destaca que, entre as dez cidades mais violentas para mulheres, três se encontram no estado do Pará, sendo uma delas Paragominas, onde ocorre a extração de minérios pela Vale S.A. Além disso, como aponta a autora, um conjunto de outras violências ocorrem em áreas que sediam grandes projetos.

Na Amazônia maranhense, as comunidades cortadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) da Mineradora Vale S.A., que liga as minas da região de Carajás (PA) ao Porto da Madeira em São Luís (MA), são um exemplo de como os efeitos indiretos da mineração afetam as mulheres. A organização Justiça nos Trilhos (JNT, 2020) relata a angústia de homens e mulheres que são afetados EFC com o pó que sai dos vagões de minérios, a poluição sonora, a degradação e contaminação dos cursos de água restantes, e restrições ao direito de ir e vir. No caso das mulheres, o direito de participar do processo decisório é negado pela Vale S.A. à medida que a empresa desenvolve ações clientelares, oferecendo-lhes benefícios pontuais sem de fato as repararem pelas perdas concretas, o que acaba por incentivar a desmobilização frente à mineração. Na comunidade Mutum II (Arari - MA), a construção da ferrovia afetou a oferta de água de rios e lagos na região, obrigando as mulheres a se deslocarem em longas distâncias para conseguirem água



limpa, segura e em quantidades suficientes (JNT, 2020).

Muitos dos aspectos citados anteriormente se repetem no estado de Minas Gerais, como por exemplo, a degradação dos cursos de água que afeta o cotidiano e os modos de vida de mulheres da zona rural. As mulheres das comunidades da zona rural dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorado de Minas tiveram suas vidas impactadas desde que o projeto Minas-Rio se instalou na região, sendo o assoreamento e a contaminação dos rios e córregos uns dos principais problemas causado na região, o que desencadeou uma série de outros efeitos que interfere no modo de vida das mulheres. A agricultura familiar é a base da economia protagonizada por essas mulheres e a falta de água tem inviabilizado o plantio e diversidades de alimentos (hortaliças, milho, mandioca, feijão, leguminosas e árvores frutíferas) essenciais para suas subsistências. Além disso, observou-se também o aumento no número de casos de violência doméstica nos municípios, tendo o seu pico entre os anos de 2011 e 2014, fase de implantação do projeto Minas-Rio na região. As moradoras ainda relatam certa insegurança e medo desde que os homens da mineradora *Anglo American* passaram a circular pela região, fazendo com que elas reduzissem as visitas em outros lotes de parentes e amigos e amigas (Andrade, 2020).

Monteiro e Porto (2020) também evidenciam o impacto da mineração na vida das mulheres de três municípios do Norte de Minas: Porteirinha, Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas. Os principais impactos estão associados ao agravamento de problemas que já existiam na região, como a escassez de água e a violência doméstica, e a geração de novos, como a contaminação da terra e da água, problemas de saúde e inviabilização de plantios. Na visão das mulheres desse território, a mineração é sinônimo de destruição e não de desenvolvimento, pois traz com ela a poluição dos rios e terra, doenças, aumento da violência. A violência sexual e a gravidez na adolescência também são impactos que a mineração gera na vida das mulheres. Outro problema relatado por essas mulheres foi o aumento de doenças pulmonares e de pele ocasionados pela contaminação dos minérios.

Castro e Vieira (2020), por sua vez, demonstram como a atuação da Mineradora *Anglo American* em Minas Gerais é racista e machista. O estudo destaca que essas práticas provocam o enfraquecimento das atividades agrícolas e dos modos de vida dessas populações dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorado de Minas. As autoras destacam que as famílias, em sua maioria negras, passam a depender mais da renda do trabalho assalariado frente os impasses causados pela mineração na



produção de alimentos, sendo estes trabalhadores empregados, em sua maioria homens, o que acaba por agravar as condições de subordinação das mulheres.

Esse conjunto de trabalhos aponta para os limites da atividade mineral em promover a melhora nas condições de vida das mulheres. De forma a contribuir com essa literatura, na próxima seção é apresentado o método da pesquisa e, em seguida, uma análise partindo de alguns indicadores socioeconômicos com recorte de gênero, dos municípios que mais recebem *royalties* da mineração no Pará, a partir dos dados de mulheres inscritas no Cadastro Único.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: FONTES DE DADOS E ABORDAGEM ANALÍTICA**

Esta pesquisa adotou uma abordagem quantitativa baseada em dados secundários oficiais para analisar as condições socioeconômicas em territórios mineradores da Amazônia Oriental. Como principal fonte de dados econômicos, utilizamos as informações de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), disponibilizadas publicamente pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Esses dados permitiram mapear a distribuição espacial e temporal dos recursos gerados pela mineração nos municípios selecionados (Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás), criando um panorama da relação entre a atividade mineral e a capacidade de investimento local.

Os três municípios analisados foram escolhidos tendo como critério o ranking dos maiores arrecadadores de CFEM no estado do Pará, sendo que dois deles, Parauapebas e Canaã dos Carajás, são atualmente os maiores arrecadadores também em nível nacional. Localizados na região de Carajás no Pará (Monteiro, Silva, 2021), e assentados na maior província mineral do país, a Província Mineral Carajás, os três municípios compartilham de uma formação histórica com bastante proximidade. Marabá é o mais antigo deles. Com cerca de 110 anos de emancipação, tem a sua origem associada diretamente a sua posição geográfica no encontro do rio Tocantins e o Itacaiúnas. Ocupando papel de centralidade na região, o município foi, durante boa parte do século XX, o principal entreposto comercial e econômico da região, com importante papel político regional.

O surgimento de Parauapebas se vincula mais diretamente com o Projeto Grande Carajás, concebido pela ditadura militar brasileira e lançado oficialmente em 1982. Inicialmente ligado a Marabá, o território foi usado como base para as primeiras operações de exploração mineral da empresa Vale S.A.,



na época, ainda como estatal Companhia Vale do Rio Doce. Em 1988 se emancipou de Marabá, e algumas décadas depois tornou-se um dos principais municípios minerais do país. Canaã dos Carajás é a mais nova das três cidades estudadas aqui, tendo sido desmembrada de Parauapebas em 1995. No início dos anos 2000 iniciou as atividades de extração mineral do município, o que também a alçou em poucos anos ao posto de um dos maiores municípios minerais do país.

Para a análise das condições de vida da população, em especial das mulheres, trabalhamos com os microdados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) referentes ao período de 2014 a 2017 (MDS, 2019). Esses dados, coletados pelo Ministério da Cidadania, fornecem informações detalhadas sobre renda, acesso a serviços básicos (água, esgoto) e perfil demográfico, permitindo cruzar variáveis como gênero, raça e localização geográfica. A seleção desse período específico deve-se à disponibilidade dos dados no momento da pesquisa e à sua correspondência com o auge do ciclo de commodities minerais na região.

O uso dessa base de dados se justifica em decorrência da falta de dados censitários em um nível municipal para os anos mais recentes e o fato de outras bases de informação como a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD-C) serem desagregadas em um nível estadual. Criado pelo Governo Federal em 2001, o CadÚnico tem uma abrangência quase que censitária da população mais pobre, sendo um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Os questionários aplicados pelos entrevistadores permitem identificar a condição de vida das famílias, o grau de vulnerabilidade, o acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais (Barros; Carvalho; Mendonça, 2009).

A metodologia combinou análise estatística descritiva e abordagem territorial, utilizando softwares como Excel e R para tratamento dos dados. Os indicadores socioeconômicos foram comparados com os valores de arrecadação da CFEM, buscando identificar possíveis contradições entre o volume de recursos gerados pela mineração e as condições de vida observadas. A interseção entre essas bases de dados permitiu uma avaliação crítica do modelo neoextrativista, com foco em suas implicações de gênero e território, conforme discutido na literatura especializada.



## CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES SITUADAS EM TERRITÓRIOS MINERADORES NO PARÁ

Partindo desses elementos metodológicos, o objetivo desta seção é analisar as condições de vida das mulheres inscritas no Cadastro Único nos municípios minerais mais importantes do Pará. Observando-se a dinâmica fiscal ao longo do período, nota-se que os três municípios respondem por valores médios de 83% da arrecadação da CFEM de todo o estado do Pará, sendo que os menores valores foram observados em 2016 (73,3%) e os maiores em 2019 (91,1%). Entre os municípios, Parauapebas foi o que recebeu os maiores valores, mas chama atenção o aumento da participação de Canaã dos Carajás ao longo da série histórica. Em 2014, ele respondia por 6,44% do total arrecadado da CFEM no estado, e em 2019, esses valores chegaram a 32%. Em um movimento inverso, Parauapebas foi reduzindo sua participação, saindo de 73,17% em 2014, para 52,73% em 2019.

Mesmo considerando que são valores nominais, em 6 anos os recursos arrecadados em CFEM ampliaram-se em mais de 3 vezes, o que tornou esses municípios os principais arrecadadores também em nível nacional. Avaliar as condições de vida da população desses territórios, em especial os grupos mais vulneráveis, pode ajudar a entender de forma clara os impactos que o modelo neoextrativista tem provocado, e de que forma as políticas públicas podem atuar para mitigar os efeitos econômicos, sociais e culturais dessas atividades.

Durante o período analisado (2014 a 2017) Canaã dos Carajás teve em média 22 mil pessoas inscritas no CadÚnico, Parauapebas, 86 mil pessoas, e Marabá, cerca de 136 mil. A primeira informação a destacar é a proporção de pessoas que declararam estarem na pobreza (renda mensal per capita de até R\$ 70,00) ou extrema pobreza (renda mensal per capita de até R\$ 140,00). A partir de 2015, a população na extrema pobreza sempre esteve em valores acima de 10% da população do CadÚnico. Os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, a despeito da ampliação nos valores arrecadados de CFEM, viram também o número de pessoas extremamente pobres dobrarem nesse curto período de 4 anos. Nesse grupo, Marabá foi o único município que fez um movimento inverso, apresentando uma redução de 9% na proporção da população extremamente pobre inscrita no Cadastro. Quando considerada a população pobre, todos os municípios apresentaram uma ampliação na participação no total dos inscritos.



Entre os inscritos que se enquadram no grupo de renda definida como pobres, Parauapebas apresentou um aumento de 51,4% na participação dos pobres no total de pessoas do Cadastro, saindo de 43,8% para 66,4%. Já Canaã, saiu de 46,5% para 64,5%, um aumento de 38,7% e Marabá apresentou o menor crescimento entre os municípios, com um aumento de 15,3%.

Um movimento que chama atenção nos dados referentes à população pobre, é o aumento em Parauapebas e Canaã dos Carajás. Em 2014, Marabá apresentava um percentual de pobres no CadÚnico superior em quase 15 pontos percentuais (p.p.) em relação aos demais municípios. Essa diferença, entretanto, foi se reduzindo ao longo do período, sendo que em 2017 todos os municípios apresentavam valores acima de 60%.

Considerando que ao longo do período não houve redução no número de inscritos no Cadastro Único, de partida, esses dados do percentual da população de vulneráveis (pobres e extremamente pobres) nos três municípios são uma evidência de que o aumento da exploração mineral, a despeito dos impactos no Produto Interno Bruto (PIB) e da arrecadação da CFEM, não impactou de forma positiva a condição de renda das populações mais pobres desses territórios. Esses resultados se reforçam quando se observa outras condições de vida dessas populações, como acesso ao abastecimento de água e o esgotamento sanitário.

O Saneamento Básico, entendido aqui como a combinação de acesso à água e esgotamento sanitário é uma condição básica para a garantia de condições de vida adequadas para uma dada população (PNUD, 2006). Ter acesso a esse serviço é uma questão de saúde e sua ausência pode implicar em um ciclo de vulnerabilidade contínuo, visto que, a falta de água potável pode gerar doenças, acarretando problemas como: mortalidade infantil; baixa frequência escolar; efeitos econômicos negativos por terem que direcionar parte do recurso para comprar água e por conta das doenças, fazendo com que as pessoas, em especial as mulheres, estejam frequentemente vulneráveis ao ciclo da pobreza (Silva; Mendes; Sousa, 2022).

**Tabela 1** | Saneamento Básico dos Inscritos no Cadastro Único (2014 – 2017)

| Sem abastecimento de água |       |       |       |       |       |             |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| Municípios                | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | Média | Crescimento |
| Canaã dos Carajás         | 71,2% | 71,2% | 62,9% | 52,2% | 64,4% | -26,7%      |
| Marabá                    | 66,9% | 65,6% | 65,2% | 64,6% | 65,6% | -3,6%       |
| Parauapebas               | 36,6% | 35,8% | 36,5% | 35,0% | 36,0% | -4,4%       |

| Sem esgotamento Sanitário |       |       |       |       |       |             |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| Municípios                | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | Média | Crescimento |
| Canaã dos Carajás         | 82,8% | 79,0% | 69,9% | 64,4% | 74,0% | -22,2%      |
| Marabá                    | 91,1% | 90,3% | 89,8% | 90,3% | 90,4% | -0,9%       |
| Parauapebas               | 61,2% | 61,6% | 64,8% | 72,4% | 65,0% | 18,4%       |

Fonte: Elaboração Própria com base nos microdados do Cadastro Único

No que diz respeito ao abastecimento de água (Tabela 1), todos os municípios apresentaram melhoras no período, com destaque para Canaã dos Carajás, que teve uma redução de 26,7% da população sem acesso a esse serviço. Contudo, eles apresentam níveis diferentes. Ao mesmo tempo que se configura como o município que mais reduziu o número de pessoas sem abastecimento de água, Canaã dos Carajás possui uma parcela grande dos inscritos no CadÚnico em condições inadequadas de abastecimento de água. Parauapebas, por outro lado, apesar de apresentar uma redução menor na proporção da população sem abastecimento de água, cerca de 4,4%, apresenta a menor média da população sem acesso a esse serviço, 36%. O pior resultado fica com o município de Marabá. Além de ter apresentado a menor redução no período, 3,6%, é o município mineral com a pior média, 65,6% da população inscrita no CadÚnico sem abastecimento de água. Os resultados para esse município também são os piores quando se considera o esgotamento sanitário, com uma média de 90% da população do Cadastro sem acesso ao esgotamento sanitário.

Acompanhando o movimento dos dados de abastecimento de água, Canaã dos Carajás também apresentou uma melhora no acesso ao esgotamento sanitário. Com uma redução em 22,2% da população sem acesso ao serviço. Em uma situação oposta, Parauapebas apresentou piora nesse indicador, saindo de 61,2% para 72,4%, um crescimento de 18,4% na participação de pessoas

inscritas no CadÚnico que não possuem acesso ao saneamento básico no município.

Analisando os dados do Cadastro Único, a partir de um recorte de gênero, observa-se também uma elevada participação das mulheres no total de inscritos nesses municípios. Em todos os territórios estudados, no período da análise, as mulheres respondem por mais de 50% dos inscritos no Cadastro Único. Entre os inscritos, observou-se que houve um aumento na participação do percentual das mulheres em situação de vulnerabilidade, ou seja, as que se declararam pobres ou extremamente pobres.

Observa-se que Marabá foi o único município que apresentou queda no número de mulheres vulneráveis. Todavia, os seus valores sempre foram os maiores da série, chegando a quase 95% em 2015. Destaca-se que tanto Canaã dos Carajás quanto Parauapebas passaram por um aumento no número de mulheres na condição de pobreza e extrema pobreza. Canaã aumentou 25 pontos percentuais (p.p.) e Parauapebas, 33. Diversos fatores podem ajudar a entender esse aumento, sendo o principal deles os fluxos migratórios atraídos para esses dois últimos municípios por causa dos empreendimentos minerais (CARDOSO *et al.*, 2018), o que reforça o caráter limitado do modelo de desenvolvimento pautado no neoextrativismo.

Alguns fatores tendem a intensificar a condição de vulnerabilidade das mulheres inscritas no Cadastro Único, entre eles o acesso ao saneamento básico. Avaliando o percentual de mulheres que estão nesta situação, sem abastecimento de água adequado nos municípios paraenses, mais da metade das mulheres de Marabá (63,55%) e Canaã dos Carajás (52,4%) não têm acesso adequado a este serviço. Parauapebas (34,3%), por sua vez, tem uma média melhor que os demais municípios, mas ainda está abaixo do que é definido como níveis satisfatórios pelas agências de saneamento (PNUD, 2006). Apesar desses valores não diferirem do que é apresentado para o conjunto da população inscrita no Cadastro Único (Tabela 1), aqui deve se registrar que o acesso ao saneamento tende a repercutir de forma mais grave entre mulheres, porque socialmente são destinados a elas as tarefas domésticas que mais dependem da água (Silva, *et al.* 2022).

Resultados ainda mais expressivos se concentram no indicador de esgotamento sanitário. Em Marabá, quase todas as mulheres inscritas no Cadastro Único (90,1%) não têm esgotamento adequado, sendo que entre os municípios analisados é o que apresenta o pior resultado. Em dimensão menor, Parauapebas (72,4%) e Canaã dos Carajás (64,3%) também apresentam dificuldades na oferta desse



serviço. Esse quadro, em especial, tem repercussões importantes na saúde, já que parte significativa das doenças de veiculação hídrica estão associadas aos problemas no tratamento do esgoto (PNUD, 2006).

O acesso à educação é outro fator que aprofunda a vulnerabilidade dessas mulheres. O principal indicador é referente ao percentual de mulheres que não sabem ler e nem escrever no total das mulheres inscritas no cadastro. No caso dos municípios estudados, observa-se que Marabá, média de 23%, e Canaã dos Carajás, 25%, são os que apresentam o maior percentual de mulheres de baixa renda que não sabem ler e nem escrever, seguido do município de Parauapebas, com média de 21% no período. Desagregando as informações por raça e idade, é possível identificar alguns elementos que aprofundam ainda mais essa condição (Tabela 2).

A Tabela 2 apresenta o percentual de mulheres negras entre o total de mulheres que informaram no CadÚnico que não sabiam ler e escrever. De partida, fica evidente que a grande maioria dessas mulheres são negras, o que reforça o caráter racial dessas vulnerabilidades. Com valores médios acima de 80% em todos os municípios, é possível afirmar que o analfabetismo entre as mulheres inscritas no Cadastro Único nos municípios estudados tem um forte traço racial. No município de Marabá, em média, cerca de 95% das mulheres que informaram não saber ler e nem escrever, são negras. Esses dados reforçam que, para além do elemento ligado ao gênero, o racismo estrutural impõe condições de vida mais precárias para as mulheres negras.

**Tabela 2 | Mulheres Negras que não sabem Ler e Escrever no Cadastro Único (2014 – 2017)**

| Mulheres Negras   |      |      |      |      |       |             |
|-------------------|------|------|------|------|-------|-------------|
| Municípios        | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Média | Crescimento |
| Canaã dos Carajás | 86%  | 84%  | 86%  | 85%  | 85%   | -0,64%      |
| Marabá            | 95%  | 94%  | 95%  | 95%  | 95%   | -0,39%      |
| Parauapebas       | 87%  | 87%  | 87%  | 88%  | 87%   | 0,64%       |

  

| Meninas Negras (7 a 12 anos) |      |      |      |      |       |             |
|------------------------------|------|------|------|------|-------|-------------|
| Municípios                   | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Média | Crescimento |
| Canaã dos Carajás            | 19%  | 19%  | 22%  | 22%  | 21%   | 19,97%      |
| Marabá                       | 20%  | 23%  | 26%  | 26%  | 24%   | 29,92%      |
| Parauapebas                  | 13%  | 18%  | 19%  | 21%  | 18%   | 54,78%      |

Fonte: Elaboração Própria com base nos microdados do Cadastro Único



Outro elemento que chama atenção é o recorte por de idade. Ainda na Tabela 2, do total das mulheres que não sabem ler e nem escrever, uma parcela representativa, são de meninas de 7 a 12 anos, com médias ao redor de 20%. Aqui está um dos aspectos mais cruéis dessa realidade. A ausência de condições adequadas de educação para essas meninas negras, impõe a elas graves restrições no desenvolvimento educacional, com repercussões negativas nas oportunidades de emprego e renda quando essas crianças se tornarem adultas. Além disso, no período analisado houve crescimento nesse grupo em todos os municípios analisados, o que reforça a evidência de que a ampliação da arrecadação de receitas da mineração vem sendo acompanhada pela piora nas condições educacionais desse grupo estudado.

## CONCLUSÃO

Os efeitos do modelo neoextrativista na economia, sociedade e meio ambiente tem sido amplamente divulgado na literatura recente, como destacado ao longo deste trabalho. Tratando-se do Brasil, inicialmente os trabalhos focaram em regiões com histórico mais longo de mineração, como o Estado de Minas Gerais, e mais recentemente passaram a incorporar a Amazônia oriental, especialmente o Pará nos estudos. Apesar desses avanços na pesquisa, ainda existem poucos estudos que discutem as condições econômicas e sociais que as mulheres em territórios neoextrativista no Brasil se encontram. Nesse contexto, o presente trabalho buscou avançar nessa discussão apresentando um breve panorama socioeconômico das condições de vida das mulheres dos principais municípios mineradores do estado do Pará, a saber, Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás a partir dos microdados do Cadastro Único entre os anos de 2014 e 2017.

A pesquisa contribui para o campo do desenvolvimento regional ao articular a crítica ao modelo neoextrativista com uma abordagem empírica centrada nas desigualdades de gênero e raça em territórios amazônicos, algo ainda pouco explorado na literatura (Warnecke-Berger, *et al.* 2023). Ao utilizar microdados do Cadastro Único para analisar as condições de vida de mulheres em municípios mineradores do Pará, o estudo introduz uma perspectiva interseccional que desafia análises predominantemente macroeconômicas e fiscalistas sobre os efeitos da mineração no



desenvolvimento regional (Hawkins, 2024). Com isso, a pesquisa avança na agenda científica ao propor uma leitura territorializada e socialmente diferenciada dos impactos do extrativismo, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões da vulnerabilidade e aprofundando o debate sobre justiça territorial na Amazônia.

De partida, os resultados demonstram um quadro de ampla pobreza e vulnerabilidade nos municípios estudados. Essa realidade se aprofunda quando são analisadas de forma específica as mulheres de municípios mineradores na Amazônia Paraense. Essa é uma evidência que o neoextrativismo mineral está associado às dificuldades no acesso à Educação, Saneamento Básico e Renda.

No que diz respeito ao indicador saneamento, os resultados são representativos, e assinala o quão vulneráveis as mulheres de baixa renda são em territórios mineradores. No caso do abastecimento de água, Canaã dos Carajás (52,4%) e Marabá (63,5%) se destacam com mais da metade das mulheres de baixa renda sem acesso à água adequada. Por outro lado, Parauapebas se destaca ao ter 72,4% das mulheres sem esgotamento sanitário adequado. Os valores para o indicador Renda, também têm variações significativas. Os três municípios do Pará apresentaram resultados bastante expressivos. Nesses municípios, mais da metade das mulheres de baixa renda inscritas no Cadastro Único estavam na linha da pobreza, com resultados próximos ao do país no ano de 2017.

Em relação à educação os resultados apresentam um cenário bastante grave, em especial para as meninas negras. Quando consideramos que a educação é um direito humano fundamental e que a falta de acesso a ela pode ter impactos significativos na vida dessas meninas e em seu futuro, torna-se urgente construir políticas públicas voltadas para esse grupo.

De modo geral, o que se observa do ponto de vista mais amplo, é que as mulheres do estado do Pará, situadas na região amazônica, têm condições de vida com restrições econômicas e de infraestrutura, apesar dos municípios receberem CFEM em volumes expressivos, sendo os maiores arrecadadores de seus estados e do Brasil. A análise desses dados ganha maior intensidade quando se incorpora a categoria da interseccionalidade. A interseccionalidade trata da relação mútua entre gênero, raça e classe, sendo essas categorias potencializadoras ou diferenciadoras de desvantagens estruturais, o que coloca as mulheres negras/indígenas e pobres em posição de maior desvantagem (Biroli, 2016; Biroli; Miguel, 2015; Passos; Souza, 2021).



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. **Carajás – interesses da Vale pressionam territórios de camponeses e indígenas**. Fórum Carajás, 21 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 09 maio de 2021.
- ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **CFEM Arrecadada**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/arrecadacao/relatorios-1>. Acesso em 29 de julho 2021.
- BARROS, R. P.; CARVALHO M.; MENDONÇA, R. **Sobre as Utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009 (Texto para Discussão, 1414).
- BARROSO, M. F. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 89-102, 2017.
- BEASLEY-MURRAY, J.; CAMERON, M. A.; HERSHBERG, E. Latin America's Left Turns: an introduction. **Third World Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 319 – 330, 2009.
- BEZERRA, R. L.; ALVES, A. M. N. Mulheres amazônidas, difíceis territorialidades em tempos de crise pandêmica: um exercício de cartografia. In: OLIVEIRA, Tatianam *et al* (org.). **Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares**. Brasília: Inesc, 2021. p. 1-66.
- BIROLI, F. Divisão Sexual do trabalho e democracia. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016.
- BIROLI, F; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, v. 20, n. 2, p.27-55, 2015.
- BURCHARDT, H.; DIETZ, K.; BERGER-WARNECKE, H. Dependency, Rent, and the Failure of Neo-Extractivism. In.: MADARIAGA, A.; PALESTINI, S. **Dependent Capitalisms in Contemporary Latin America and Europe**. Boston: Palgrave Macmillan, 2021.
- CARDOSO, A. C. D.; CÂNDIDO, L. S.; MELO, A. C. C. Canaã dos Carajás: Um Laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do Século XXI. **Rev. Bras. Estud. Urbanos e Regionais** (online), v. 20, n. 1, p. 121-140, 2018.
- CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; ELIANA, C. G. **Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990 a 2017)**. In: Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práticas emancipatórias. 1a. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-57
- CHUHAN-POLE, P.; DABALEN, A. L.; LAND, B. C. **Mining in Africa: Are Local communities Better Off?** Washington: World Bank Group. 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. Goiânia (GO), 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2MgbZth>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- ENGBOM, N.; MOSER, C. Earnings Inequality and the Minimum Wage: Evidence from Brazil. **American Economic Review**, v. 112, n. 12, p. 3803 – 3847, 2022.
- ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Contradições do desenvolvimento e o uso da Cfem em Canaã dos Carajás (PA)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2018. Disponível em: <<https://ibase.br/pt/>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.
- FINKELDEY, J. **Fighting Global Neo-Extractivism: Fossil-Free Social Movements in South Africa**. London: Routledge, 2023.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras Editora Nacional, 34ª ed. 2007.



FURTADO, F. P.; ANDRIOLLI, C. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29 n. 1, p. 66 – 93, 2021.

GOEURY, H. Rafael Correa's Decade in Power (2007 – 2017): Citizens' Revolution, Sumak Kawsay, and Neo-Extractivism in Ecuador. **Latin American Perspectives**, v. 48, n. 3, p. 206 – 226, 2021.

GONÇALVES, R. J. de A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, v. 237, p.128-146, 2012.

HAWKINS, M. Neo-extractivism, (de)growth and resurgent pink tide governments in Latin America. **Geography Compass**, v. 18, n.6, 2024.

HOFMANN, S.; DUARTE, M. C. Gender and natural resource extraction in Latin America: Feminist engagements with geopolitical positionality. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 111, p. 39-63, 2021.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Conflitos entre a atividade mineradora e comunidades tradicionais extrativistas no extremo oeste do Pará: deterioração de igarapés, lagos e corte de matas e castanheira**. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&co d=76>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

MDS. **Microdados do Cadastro Único** [Dataset]. Versão nov. 2019, maio 2018, Brasília, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=212>.

MENDES, L. M. C.; GOMES-SPONHOLZ, F.; MONTEIRO, J. C. S.; PINHEIRO, A. K. B.; BARBOSA, N. G. Women who live in mining on the French-Brazilian border? Daily challenges. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 6, p. 1 – 8, 2022.

MILANEZ, B. **Boom ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro no período 2000-2016**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(S2), 1-18., 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2VOKWu5>>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

MONTEIRO, M. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados (USP. Impresso)**, v. 19, n.53, p. 187-208, 2005.

MONTEIRO, M; SILVA, R. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins (Paris)**, v. 1, p. 49, 2021

NASSIF-PIRES, L; CARDOSO L.; OLIVEIRA, A. L. M. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. In: Centro de pesquisa em macroeconomia das desigualdades, 2021. Disponível em: < <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>>. Acessado em: 28 de julho de 2021.

NAVARRO, Flavia M. **El Bono Juancito Pinto del Estado Plurinacional de Bolívia: programas de transferências monetárias e infância**. Documentos de Proyectos e Investigaciones. Cepal, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2XjY1E>>. Acessado em: 28 de julho de 2021.

ONDITI, F. **Gender Inequalities in Africa's Mining Policies: A Study of Inequalities, Resource Conflict and Sustainability**. New York: Springer, 2022.

PASSOS, L.; SOUZA, L. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 198-209, 2021



PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2006: A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, 2006.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: <[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)>. Acessado em: 28 de julho de 2021.

SAAD-FILHO, A. Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003 – 2019). **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 1, p. 9 – 27, 2020.

SANTOS, R. C. de V. dos. CONTRIBUIÇÃO DO SETOR MINERAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO. **Ipea**, Brasília, v. 65, p. 33-36, abr. 2021.

SECINT - SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS. **Exportações e Importações**. Brasília, 2021. Disponível em: <<http://bit.ly/39QBFXI>>. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

SILVA, D. N.; MENDES, E. C.; SOUSA, R. L. Saneamento Básico e Pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás. **Cadernos do NAEA**, v. 25, n. 4, p. 223 – 246, 2022.

SILVA, D. N.; SOUSA, R. L. As condições de moradia das famílias pobres em Canaã dos Carajás. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 26, p. 228-248, 2022.

SILVA, F. A. O; BORDALO, C. A. L. **Uma Análise Socioambiental do Rio Murucupi em Barcarena - PA, 2010**. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Florianópolis, 4-7 out. 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT9-154-861-20100903212419.pdf>>. Acesso em: 30 de julho 2021.

SILVA, M. D.; FEARNside, P. M. Brazil: environment under attack. **Environmental Conservation**, v. 49, n. 4, p. 203 – 205, 2022.

SIQUEIRA-GAY, J., METZGER, J.P., SÁNCHEZ, L.E. *ET AL*. Strategic planning to mitigate mining impacts on protected areas in the Brazilian Amazon. **Nature Sustainability**, v. 5, p. 853–860, 2022.

SMART, S. The political economy of Latin American conflicts over mining extractivism. **The Extractive Industries and Society**, v. 7, n. 2, p. 767-779, 2020.

SVAMPA, M. N. **Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Fundación Friedrich Ebert; Nueva Sociedad; 244; 4-2013; p. 30-46. Disponível em: <<https://bit.ly/35Vne2X>>. Acesso em:10 de janeiro de 2021.

SVAMPA, M. N. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências**. Guadalajara: CALAS, 2019. Disponível em:< <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/25058>>. Acesso em:10 de janeiro de 2021.

UN COMTRADE. **United Nations Statistics Division**. 2020. Disponível em: < <https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

VALIANI, S. The Africa Mining Vision – A long overdue ecofeminist critique. **Analytical Paper**. WoMin-African Gender and Extractives Alliance, Johannesburg, 2015.

VALIANI, S.; NDEBELET, N. A feminist perspective on women and mining in South Africa. In: VALIANI, S. (edit.) **The Future of Mining in South Africa: Sunset or Sunrise?** Johannesburg: Mistra, 2018.

VIRGA, T.; NASCIMENTO, H. M. do. Expansão do Capital e Ações dos Estados Nacionais na Gran Amazonía (2000-2019):



impactos e impasses. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S.L.], v. 7, n. 20, p. 01 – 26, 2021.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B. O Interesse é do Minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 549 – 593, 2020.

WARNECKE-BERGER, H.; BURCHARDT, H.; DIETZ, K. The failure of (neo-)extractivism in Latin America – Explanations and future challenges. **Third World Quarterly**, v. 44, n. 8, 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

